FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 24/05/2023 - 05:59

Câmara aprova arcabouço fiscal em 1ª vitória para governo Lula

Câmara dá vitória ao governo Lula e aprova texto-base do arcabouço fiscal

Proposta que combina limite de despesas e meta de resultado primário ainda irá ao Senado

Julia Chaib,
Idiana Tomazelli
e Victoria Azevedo

BRASÍLIA Em uma importante vitória para o governo Lula (PT), o plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do novo arcabouço fiscal no fim da noite desta terça (23) por 372 votos a 108.

O placar expressivo mostra uma ampla folga em relação ao mínimo de 257 votos que o governo precisava reunir para a aprovação de um projeto de lei complementar. Na semana passada, a votação da urgência já havia reunido 367 votos.

O novo arcabouço fiscal vai substituir o atual teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à inflação e ainda está em vigor, embora tenha sido driblado nos últimos anos. Para a substituição ser efetivada, porém, o texto ainda depende de votação de destaques (mudanças no texto) na Câmara e precisa passar pelo Senado.

A aprovação do texto-base ocorreu após modificações em seu conteúdo, mas ainda assim representa um feito relevante para o governo, que amargou derrota recente ao tentar mudar o marco do saneamento e enfrenta dificuldades para consolidar uma base de apoio no Congresso.

O avanço da proposta também é uma vitória para o ministro Fernando Haddad (Fazenda), que precisou enfrentar resistências dentro do próprio PT no desenho da regra, que combina metas de resultado primário com um limite de crescimento para gastos.

Uma ala do partido defendia uma regra fiscal mais branda, ancorada apenas na meta de primário, mas Haddad fez prevalecer o entendimento de sua equipe sobre a necessidade de manter um teto para as despesas, ainda que mais flexível —com espaço para alta real de gastos, acima da inflação. Mesmo durante as discussões no Congresso, a sigla continuou fazendo críticas ao texto.

Agora, esse modelo é chancelado pela Câmara, com votos favoráveis do próprio PT e também de siglas de centro como PP, MDB e PSD. Duas legendas da base aliada, PSOL e Rede, orientaram contra o texto. Já o PL de Jair Bolsonaro liberou a bancada.

Pela regra proposta pelo governo, o crescimento do limite de gasto do ano seguinte deve equivaler a 70% da variação da receita em 12 meses acumulados até junho do ano anterior, já descontada a inflação, desde que respeitado o intervalo de 0,6% a 2,5%. Na prática, esses são o piso e o teto de avanço das despesas, independentemente do quadro econômico.

Além disso, o governo precisa buscar uma meta de resultado primário, que é obtida a partir da diferença entre receitas e despesas. O governo diz buscar um déficit de 0,5% do PIB neste ano e um superávit de 1% do PIB em 2026.

Caso a meta seja descumprida, a proporção de alta das despesas em relação à arrecadação cai a 50%, até a retomada da trajetória de resultados dentro do esperado.

As linhas gerais da proposta foram mantidas pela Câmara, mas os ajustes no texto seguiram até poucas horas antes da votação.

O relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), incluiu na semana passada um dispositivo que fixava o crescimento das despesas em 2024 no teto de 2,5%, o que foi visto por economistas como uma manobra para gastar mais. Essa e outra mudança (focada na inflação usada para corrigir o limite) ressaltaram, juntas, em um espaço extra de até R$ 82 bilhões.

O número foi contestado por Haddad e Cajado, mas o ruído gerado levou o relator a insistir o texto.

"Vamos fazer um mês entre o que estava no texto original e uma possibilidade. O texto original previa o crescimento de 1,71% pelos cálculos que o próprio governo fornece", disse Cajado após reunião com lideranças para selar o acordo.

"[O governo] Vai poder utilizar, do que crescer, entre o ano de 2023 e 2024, até 70% no limite de 2,5%. Ficou um meio-termo para destituir aquele mal-entendido de que o relatório estava colocando R$ 82 bilhões, R$ 45 bilhões [de gastos extra]", alertou.

O parecer de Cajado prevê que a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024 será elaborada sob a regra dos 70% da alta das receitas em 12 meses até junho de 2023, mas o governo poderá fazer um ajuste no ano que vem, com base na expectativa de crescimento real das receitas em 2024.

O texto autoriza o governo a calcular, em maio de 2024 (quando o governo divulga a segunda avaliação bimestral do Orçamento), uma estimativa de alta real da arrecadação em relação a 2023 e aplicar a proporção de 70%. Se isso resultar num número maior do que o que corrigiu o limite de gastos, a equipe econômica poderá abrir novos créditos em valor equivalente.

Na prática, a nova versão permite que a arrecadação retra em 2024 abra espaço para mais gastos no ano que vem.

A despesa adicional também poderá ser incorporada à base de cálculo para 2025 e anos seguintes, com uma exceção: se ao fim de 2024 o governo espera do na arrecadação se frustrar —levando o limite de despesa crescer acima de 70% da alta da arrecadação—, os créditos excedentes serão descontados.

A mudança representou uma concessão à equipe de Haddad, que desde a apresentação inicial do arcabouço manifestou uma expectativa de alta real dos gastos próximo ao teto de 2,5% no ano que vem. No decorrer das negociações, Cajado retirou algumas receitas extraordinárias da base de cálculo da regra, o que comprometeria essa projeção. O pedido do governo era por uma expansão mais generosa dos gastos no primeiro ano da norma.

No entanto, esse artigo em específico foi alvo de destaque e precisa ser validado pelo plenário em votação separada.

Cajado incluiu em seu parecer uma série de gatilhos automáticos para ajustar as despesas em caso de estouro da meta de primário. Entre as medidas, está a proibição de concursos públicos e de aumentos para servidores.

A política de valorização do salário mínimo, porém, ficará blindada desses mecanismos, a pedido de Lula.

No primeiro ano de descumprimento da meta, o governo não poderá criar novos cargos, ampliar auxílios, vantagens, criar novas despesas obrigatórias e conceder novos incentivos fiscais.

Também ficará proibida a adoção de medida que implique aumento de despesa obrigatória acima da inflação —exceto no caso do mínimo, que poderá seguir a política de valorização, que prevê alta real pelo PIB de dois anos antes.

Se a meta ainda assim for descumprida pelo segundo ano seguido, entrarão em cena outras medidas de ajuste, que proíbem a concessão de aumentos a servidores e realização de concursos públicos.

Esse dispositivo, porém, também está pendente de votação, devido a um destaque apresentado.

Em outro ajuste para tornar o arcabouço mais rígido, o texto obriga o governo contingenciar despesas —num limite de 25% do valor previsto no Orçamento para as despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos—, caso haja frustração de receitas ou aumento de outros gastos que ameace o cumprimento da meta fiscal no exercício. Essa seria uma medida prudencial adotada pelo gestor para tentar evitar o estouro da meta.

Motivo de polêmica nos últimos dias, a inclusão dos gastos com o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação) sob o alcance do limite do arcabouço já foi validada pelos deputados.

Deputados comemoram a aprovação do texto-base do arcabouço fiscal, por 372 votos a 108 Pedro Ladeira/Folhapress

Lira e Pacheco reagem a investidas contra saneamento, BC e Eletrobras

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disseram que o Congresso não aceitará mudanças em temas aprovados recentemente pelo Legislativo que não passem pelas duas Casas. "Revisitar temas que o Congresso votou há pouco tempo tem que acontecer no âmbito do Congresso. O governo tem sido informado disso", afirmou Lira, em referência a três assuntos: a privatização da Eletrobras, os decretos que alteraram o marco do saneamento e a autonomia do Banco Central. "Já enfrentamos esses temas e consideramos realidade nacional", avaliou Pacheco.

O arcabouço fiscal

NOVOS AJUSTES PROPOSTOS PELO RELATOR

- Em **2024**, governo poderá **ampliar o limite de gastos** caso a **arrecadação** venha **acima do esperado**, até o **limite de 2,5%** já estabelecido no arcabouço
- **Contingenciamento** em caso de risco à meta fiscal precisará ser **proporcional entre as despesas** (para evitar que recaia inteiramente sobre investimentos)

MUDANÇAS QUE JÁ CONSTAVAM NO PARECER INICIAL

- Adiciona à lista de **exceções** do cálculo das receitas os **programas especiais de recuperação fiscal** que sejam destinados a regularizar a situação de devedores e gerar recursos à União
- Passa a prever que **apenas 70%** do excesso de **superávit** poderá ser direcionado a **investimentos**
- Retira da lista de exceções ao novo arcabouço: 1) Despesas com aportes em empresas estatais não financeiras; 2) Repasses a estados e municípios para bancar o piso da enfermagem; 3) Fundeb (Fundo da educação básica); 4) Ayuda federal às forças de segurança do Distrito Federal por meio do FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.